



O Ideário Patrimonial О идеарио

Na Rota dos Mosteiros
Património da Humanidade (e
outros Patrimónios)



O Ideário
Patrimonial
О идеарио

www.cta.ipt.pt

N. 07 // dezembro 2016 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

**ANOTADA DA ERC
REGISTADA NA INPI**

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores



Índice

EDITORIAL	04
Introdução. O Mosteiro da Batalha e o(s) seu(s) Território(s) Joaquim Ruivo	06
Do Património Natural aos Patrimónios Culturais – a Singularidade do Cársico Estremenho Nuno Carvalho e Mário Oliveira	13
A Âncora de um Imenso Navio António Jorge Figueiredo	25
Património Industrial dos Antigos Coutos de Alcobaça António Maduro	44
Os Administradores da Fábrica do Juncal e a Real Casa da Nazaré Maria Filomena Costa Coelho da Silva Martins	57
Mosaico	66
Caixa Geral de Depósitos. Os Depósitos Públicos e o aparecimento da Junta do Crédito Público Joaquim Pombo Gonçalves e Helena Real Gomes	67
Territórios Culturais: Sagrado e Profano na Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro e suas relações com a Cidade, o Turismo e o Patrimônio Cultural Elis Regina Barbosa Angelo	78
Paisagem Cultural: Caminhos e Possibilidades da Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar Lauro César Figueiredo e Marta Rosa Borin	103
Rio de Janeiro – Lisboa, um Programa de Estudos sobre Imagética: 10 anos de cooperação pedagógica e científica entre Universidades Maria Leonor García da Cruz	114

EDITORIAL



Editorial

Este número de Dezembro surge dividido em duas partes.

A primeira parte consta dos artigos produzidos depois das apresentações que tiveram lugar no III Fórum cuja temática versava sobre Patrimónios.

O III Fórum “Património Natural, Etnográfico e Arqueológico. Na rota dos Mosteiros Património da Humanidade – Alcobaça, Batalha e Tomar: outros patrimónios a salvaguardar” é organizado pelo Instituto Politécnico de Tomar, a Câmara Municipal da Batalha, o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e o Convento de Cristo (Tomar), com o objetivo trazer a lume património natural, etnográfico e arqueológico que gravita na órbita do grande eixo de Património da Humanidade definido pelos mosteiros de Alcobaça e Batalha e pelo Convento de Cristo, em Tomar.

A relevância destes três monumentos transporta virtudes e também algumas dificuldades acrescidas no processo de estudo e valorização de “outros patrimónios”. De facto, a sua projeção internacional constitui uma garantia de um permanente interesse pela região, desde logo, em termos científicos, mas também numa perspetiva mais abrangente de fruição cultural. No entanto, também existe uma perceção de que a presença destas fortes marcas patrimoniais pode, se não devidamente tido em conta, absorver uma atenção, de alguma forma, propícia a um diminuto investimento em patrimónios relacionados entre si e que explicam, em boa parte, aqueles monumentos. Estes “outros patrimónios” representam, de resto, um manancial de valorização territorial suscetível de ser evidenciado de forma acrescida.

Como sucedeu nas edições precedentes, este fórum pretende abrir um espaço a estudos de investigadores de diversas áreas e cujos resultados e reflexões se pretende dar a conhecer, no interesse das comunidades que diariamente convivem com as suas paisagens, identidade e memórias e, neste caso, contribuir para potenciar, com utilidade recíproca, as valências de um eixo patrimonial de projeção inestimável.

A segunda parte consta de artigos enviados para publicação na Ideário como o artigo acerca do primórdios da CGD, e sobre tradições, costumes e ambientes de discussão teóricos vindo do outro lado do Atlântico (Brasil).

O conteúdo deste número é concerteza um convite a entrar no mundo da Ideário.

INTRODUÇÃO

O MOSTEIRO DA BATALHA E O(S) SEU(S) TERRITÓRIO(S)

Joaquim Ruivo

Licenciado em História
Diretor do Mosteiro da Batalha
jruivo@mbatalha.dgpc.pt



Introdução

O Mosteiro da Batalha e o(s) seu(s) Território(s)

Joaquim Ruivo

Com grande prazer acolhemos neste auditório o III Fórum sobre Património Natural, Etnográfico e Arqueológico “Na rota dos Mosteiros Património da Humanidade: Alcobaça, Batalha e Tomar – Outros patrimónios a salvaguardar”. Começo por dar-vos as boas vindas e felicitar a organização.

Foi-me solicitado, como diretor anfitrião, que fizesse a comunicação de abertura deste Congresso. Ora esta minha intervenção será mais uma divagação, uma conversa, uma reflexão despreziosa, sem grandes preocupações epistemológicas e de rigor académico, sobre o Mosteiro da Batalha, onde procurarei falar um pouco sobre a sua história e um pouco da sua interpretação.

Deambularemos, subliminarmente, entre a noção do território físico, material e a noção do território do imaterial, da representação.

Quando se fala de espaço, a sua organização e representações, é obrigatório recuperar as preocupações de Émile Durkheim e Marcel Mauss, que remontam aos finais do séc. XIX e início do XX, quando definiram duas construções conceptuais e metodológicas do espaço e que hoje ainda são tidas como referência. Como sublinha Filomena Silvano, citada pelo investigador Fernando Magalhães, na sua tese “À procura de um lugar na Europa: O Território e o património nos discursos sobre Leiria e suas regiões” (IPL,2012), falamos do espaço pensado como uma **realidade material** e do espaço pensado como uma **representação**.

Nesta segunda concepção, como contraponto (ou complementar?) da primeira, e acompanhando ainda Fernando de Magalhães na obra citada, o espaço surge como representação “imaterial” e, mais do que isso, mas também por isso mesmo, como uma representação “mutável”, porque ele é também uma representação coletiva, exprimindo realidades coletivas; o espaço é uma coisa social, produto do pensamento coletivo. O espaço é uma categoria social, indissociável da própria organização social, espelho da organização social.

E como a História lida com o tempo e o espaço, este espaço antropológico, de Durkheim, neste jogo de dupla dimensão conceptual (se me permitem a expressão), acabará, sempre, por enriquecer – mas também complicar, acrescentamos nós – a abordagem estritamente histórica.

Ora, se há monumento onde as concepções de espaço e território, nessa dupla condição – material e de representação – são claramente evidentes, é o da Batalha.

II

Sabemos razoavelmente bem, o **como** tudo começou:

Há, ou houve, um espaço onde se deu uma batalha. E antes da batalha, uma promessa: a de D. João I, rei de Portugal, a de construir, em caso de vitória, uma “casa de oração” dedicada a N^a Sr^a.

Mas não uma casa qualquer, decidiu D. João logo após a vitória na Batalha Real: uma casa de oração que fosse a maior que até então se tivesse construído em toda a Hispânia, no dizer de Frei Luís de Sousa.

Sendo o lugar da batalha ermo, seco, sem água, foi escolhido um vale, a menos de 1 légua dali, junto à encosta – “a par da Canoeira”. Como dirá ainda Frei Luís de Sousa, na sua *História de S. Domingos* – “*logo abaixo pêra vista ha estendida & fértil veiga regada da mesma & doutra mayor ribeira. E fez conta que onde ouvesse agoa & gente curioza não faltaria todo genero de frascura*”.

Lugar de água em abundância, mas também com pedra ali perto (o calcário oolítico) e madeira em abundância, no “pinhal do rei”.

E neste preciso local, até aí despovoado, irá nascer o Mosteiro, afastado quanto baste dos principais cursos de água, para o distanciar de terrenos mais alagadiços ou precavendo inundações e, por essa mesma razão, próximo da encosta poente, mas, ainda assim, por ela abrigado, como sempre bem evidencia Virgolino Jorge no seu estudo pioneiro sobre o sistema hidráulico e nas suas visitas guiadas que regularmente têm sido feitas.

Um ano ou dois após a vitória na Batalha Real, chegam os primeiros agrimensores, cabouqueiros, pedreiros e carpinteiros, assomando na paisagem, perto e em redor do espaço marcado para o Mosteiro e seus anexos, os primeiros casebres provisórios.

A 1^a comunidade povoadora quantas almas teria? Dez, vinte, trinta homens, a que se juntarão algumas das suas famílias, na previsão, mais do que legítima, que a construção de uma casa de oração daquela grandeza ocuparia dezenas de anos, ou vidas inteiras. E efetivamente, só a Igreja, desde os caboucos iniciais ao fecho da nave central e ao portal principal, ocupará 50 anos de trabalhos consecutivos, a que corresponderá, naqueles tempos, mais do que o tempo de uma vida.

Sabemos, também, com grande certeza **o quando** – porque no testamento de D. João I de 1426, recordando os motivos que o levaram a dar o governo do Mosteiro à Ordem Dominicana, claramente é dito, que o rei o decidiu (influenciado pelo seu homem de leis, João das Regras e pelo seu confessor, o dominicano Frei Lourenço Lampreia), por ocasião do cerco de Melgaço, ocorrido em Março de 1388, quando já os trabalhos iam já avançados.

Para a sua construção, de todo o Portugal e toda a Europa foram chegando homens e saberes.

O primeiro mestre arquiteto é o português Afonso Domingues, mas só até 1402. Huguet – com toda a probabilidade de origem Catalã – traz ao monumento abordagens arquitetónicas e estilistas mais inovadoras, menos arcaizantes, e a sua obra – respeitando o traçado inicial de Afonso Domingues, marcará todo o programa arquitetónico do monumento: conclusão do Claustro Real e da Sala do Capítulo, o fecho da Igreja e a construção do portal principal e da Capela do fundador, o início do panteão de D. Duarte (hoje chamado “Capelas Imperfeitas”).

Os primeiros vitrais são para aqui construídos em meados do séc. XV – por Luís, o Alemão e uma das mais antigas máquinas de relógio ainda se encontra aqui, obra provável de João, o Alemão.

Uma comunidade que funda uma povoação cada vez mais ativa e empreendedora, composta por artesãos de diferentes artes e categorias e que pelo seus cargos e estatutos, prerrogativas

e mercês, isenções e ordenados, serão invejados por Leiria – ainda para mais quando a povoação tem pretensões de autonomia.

Logo em 1417, 30 anos após o início das obras, já acolhia em Agosto uma Feira Franca e em 1500, com a carta de foral dada por D. Manuel, o lugar, durante 100 anos designado por “Mosteiro de Santa Maria da Vitória”, é desanexado do termo e jurisdição Leiria, concedendo-lhe o título de vila, que será cada vez mais a vila da Batalha.

Uma população que cresce, dizem os censos de 1527 e de 1537 – 30% (de 300 almas para 400 almas).

E ao mesmo tempo que se instala a comunidade de artesãos, o Mosteiro acolhe a comunidade conventual dominicana – duas comunidades que trabalham paredes meias, sem se misturarem.

Desde cedo uma autorização papal permite ao convento a posse de terras como meio de prover o seu sustento e a comunidade irá alargando as suas propriedades com doações e aquisições, que se estenderão nas proximidades, desde Pombal, até Porto de Mós e Ourém.

A Ordem dos Frades Dominicanos é uma ordem de clausura e logo se justifica uma cerca, que delimite as terras do Mosteiro. Primeiro a cerca velha, e, mais tarde, em meados do séc. XVI, a cerca nova, precisamente quando no contexto da reforma católica, os Frades Pregadores passam a estar sujeitos à clausura rigorosa.

E naturalmente, a cerca que se foi estendendo para norte, na orientação natural dos Claustros, também rodeando os melhores terrenos agrícolas, condicionará o crescimento da vila para Sul, Poente e Nascente, numa envolvência, desde sempre condicionada pelos estaleiros de obra que, pelo menos durante perto de 150 anos, continuamente demarcariam o perímetro do lugar.

Já um 2º claustro – o D. Afonso V - havia sido construído com plano de Fernão d’Évora e mais outros dois se haveriam de construir (já a expensas da comunidade: o da Botica e o da Portaria), espelhando uma comunidade dominicana que é próspera e prospera na sua missão de orar, evangelizar, ensinar, receber peregrinos, manter os ofícios de culto do panteão real – num espaço onde convivem, em devida disposição e independência, professores, noviços, conversos, trabalhadores diversos.

Numa época, meados do séc. XVI, em que os estudos teológicos aqui desenvolvidos obtêm pelo papa o reconhecimento de Estudos Gerais.

Estima-se que esta comunidade dominicana comportaria, entre 1390 e 1520 cerca de uma vintena de frades. No final do séc. XVIII, James Murphy, que aqui viveu 3 meses, dá-nos uma dimensão dessa comunidade em 1789 – cerca de 60 elementos, entre frades professores, conversos, noviços, contando com os trabalhadores a tempo inteiro nos terrenos do Mosteiro – da cerca e da quinta da Várzea (MURPHY, James - *Travels in Portugal*, 1795).

E conhecemos também o ocaso da vida conventual. Nos últimos anos 4 anos de vida conventual, antes da extinção das ordens masculinas em 1834, o Mosteiro foi habitado em média somente por 10 frades. (BERNARDINO, Luísa - *Os últimos anos - A vida quotidiana no Convento da Batalha, 1830-1834*, CEPAE, 2013).

O Mosteiro da Batalha nunca será tão marcante, nem nada que se pareça, na paisagem socioeconómica, como foi Cister e os seus Coutos em Alcobaça. Mas, ainda assim, foi muito agregador, pelo emprego que deu nas suas obras de construção e manutenção e também por

ter sido um polo de ensino teológico de grande relevo, após 1549 equiparado a universidade, aqui acolhendo nos séculos XVII e XVIII também alunos externos; já para não falar do Mosteiro como lugar de homenagem, devoção e peregrinação aos reis e príncipes “santos”.

III

Mas tal como salientei na 1ª primeira parte da intervenção, o espaço e o território do Mosteiro, vão naturalmente muito para além da sua dimensão física, material.

Em 1º lugar, porque em vários domínios o Mosteiro se integra no grande território da Cristandade de Quatrocentos. Tal como bem salienta Saul António Gomes, o seu carácter europeizante advém-lhe, desde o início, pelo facto de o Mosteiro pertencer a uma ordem mendicante, de pregadores, cujas estruturas institucionais de governo eram supranacionais, de herança cisterciense – de algum modo integrando esse grande território espiritual tão ansiado por S. Bernardo – a *Christianitas*, - o ocidente unificado pelo Sumo Pontífice.

Depois, também, porque podemos falar do território da arte e da arquitetura – e da Batalha como estaleiro de inovação artística e arquitetónica durante cerca de 150 anos, com importância supranacional, como centro atrativo para mestres vindos de toda a Europa, aqui tendo nascido com Mateus Fernandes, no alvor da modernidade, um estilo de características regionais, o chamado “estilo manuelino”. Aqui encontramos, também ao longo do séc. XV, Mestres Conrate e Guilherme, João de Flandres, Henrique Nicola, Mestre Ambrósio, João de Aragão, Pero de Gasconha; e, já nos começos do séc. XVI, Álvaro de Eillan, Tornilhes de Lião, João de Castilho e Boytac, entre outros – homens que vêm da Europa ibérica, mediterrânica e central e, alguns, aqui se fixam, casam, prosperam e alguns enriquecem.

Uma obra que no seu tempo seria sinónimo de um Portugal moderno e de uma realeza poderosa.

E podemos falar, ainda do Mosteiro da Batalha, simplificando, como território da memória e da identidade.

Logo desde a sua génese, marco de uma vitória considerada divina, é 1º Panteão Régio de uma dinastia fundadora: a dinastia de Avis. E sempre, depois, pelo significado histórico e identitário da Batalha Real, dita de Aljubarrota e pela memória dos ilustres sepultados: D. João I, Dª Filipa de Lencastre, D. Duarte, D. João II, D. Afonso V, os Infantes D. Pedro, D. Henrique, D. João, D. Fernando e o Príncipe D. Afonso.

De que território falamos, finalmente, agora? O território identitário, que até há bem pouco tempo fundamentava, sem contestação, o conceito de estado-nação.

Na realidade, como já referimos, desde a sua fundação o Mosteiro da Batalha sempre se assumiu como território de memória identitária, como espaço de vocação do destino pátrio, citando ainda Saul António Gomes – investigador incontornável no estudo do monumento e da vila. Na introdução do catálogo do Centro de Interpretação, compilado em 2013, mas só recentemente acessível, também dirá: “O Mosteiro da Batalha é um dos lugares mais sagrados da História de Portugal”.

Uma vocação que está na génese do monumento e que foi renovada no decurso dos séculos e, especialmente, na época contemporânea.

Alexandre Herculano, disse desta obra, alegoricamente, que era “Lavrada em pedra, a Divina Comédia portuguesa”.

E o mesmo Alexandre Herculano, coincidindo com as campanhas de restauro, levadas a cabo pelos governos liberais após 1840 e que o salvaram da ruína, apoderar-se-á, até hoje, do imaginário popular português (e mesmo do erudito) com a sua narrativa da “Abóbada não caiu, a abóbada não cairá” e do sacrifício de Mestre Afonso Domingues.

Jaime Cortesão, por exemplo, lembrará com foi decisiva na sua vocação a sua visita ao mosteiro em jovem; em particular, o Prof. José Mattoso, recorda como, em plena Sala do Capítulo, a descrição vívida e emocionada por parte do seu professor primário da narrativa de Alexandre Herculano sobre a abóbada e de Mestre Afonso Domingues, o marcará decisivamente e o encaminhará, - aqui sim, irrevogavelmente – no gosto pela História.

Em plena época do Romantismo revivalista, na defesa do património, de que são paladinos Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Feliciano de Castilho, é dada a primazia o Mosteiro da Batalha para ensaio do novo conceito de restauro em vigor

No **ocaso** da Monarquia, também o Mosteiro da Batalha se fortalecerá simbolicamente como berço da nação, porque representativo de uma das épocas mais “ilustres” da nossa História – a dinastia de Avis. Sete anos antes do regicídio, as ossadas de D. Afonso V, de D. João II e de seu filho o príncipe D. Afonso, serão trasladadas de outros espaços do Mosteiro para a Capela do fundador, em novos túmulos que copiam integralmente os modelos originais, – correspondendo “à promoção política de uma imagem de unidade, através da reconstrução de um passado que se queria glorioso e heróico” (citando Saul António Gomes) e a que se juntará, bastante cedo, em 1907, a qualificação de Monumento Nacional.

E na 1ª república, a decisão tomada em 1921 de aqui, na Sala do Capítulo, honrar os soldados desconhecidos, confirmará o estatuto memorial do Monumento. O então presidente da República, António José de Almeida, dirá: “(...) *a deliberação de os levar em definitivo para a Batalha traduz o melhor preito que à sua memória se podia prestar*”.

O Mosteiro da Batalha é, conjuntamente, uma obra de poetas, de guerreiros e de crentes. (...) A dentro daquelas majestosas e poéticas paredes, ninguém se pode sentir mal, porque o templo magnífico satisfaz os anelos e as aspirações de toda a gente, bastando para isso ser-se português”.

O Estado Novo, bem perto de nós (basta ver os manuais do ensino primário, que passaram integralmente por gerações de alunos), reforçará significativamente, à sua maneira, este projeto memorialista, que é por todos bem conhecido. O Monumento tornou-se um dos seus ícones de culto e eleição – pelo que o Estado Novo procederá nos anos 40, 50 e 60 à reedificação de toda a paisagem urbana envolvente – na tentativa de o projetar como monumento purificado, no dizer de Pedro Redol, recentrando-o na amplidão dos vastos espaços envolventes e, para isso, destruindo o casario próximo, criando praças, desviando estradas.

Mas já os homens da literatura, tal como Miguel Torga, insuspeito de qualquer inclinação nacionalista menos sensata – também dirá num dos seus diários, nos anos 50: “Todo o português tem deveres e obrigações para com a Pátria e um deles é de vir, pelo menos uma vez às Capelas Imperfeitas e aqui ajoelhar perante a História de Portugal!”

E antes dissera Afonso Lopes Vieira, sem ambiguidades, que o mosteiro da Batalha é o “Monumento em que mais Pátria há!”

Bem perto de nós, também o historiador Veríssimo Serrão, num trabalho apresentado no III Encontro de História Dominicana (Atas 1991), enaltecia de uma forma exaltada: *“É num ambiente de profunda comunhão, com a alma cheia de graça e de reverência, que nos encontramos em Santa Maria da Vitória a exaltar o amor da Pátria e a glória de Deus.*

Somos Portugueses e somos cristãos! (...). Por isso hoje viemos a Santa Maria da Vitória como peregrinos da mesma fé e do mesmo ideal. Para mostrar a vivência dos laços seculares que nos prendem à história e à vida. Para exaltar a aliança do sangue e de espírito que nos faz amar Portugal como berço dos nossos maiores e reverenciar Deus como senhor de todas as coisas e de todas as criaturas”.

Saul António Gomes - na introdução ao nº 8 dos Cadernos de Estudos Leirienses, lançado, neste mesmo auditório, no passado dia 21, escreve: *“As gerações de antanho souberam manter e renovar, em torno do Mosteiro da Batalha, a chama de um sentido de portugalidade que se plasma na estremenha pedra rendilhada em flor que flameja por todo o monumento (...)”.*

Ora, nem de propósito, este sentido – o da portugalidade, afirmado ainda com toda a convicção, como vimos, por historiadores contemporâneos, acabou de ser confirmado, por decisão do Parlamento que atribuiu ao Mosteiro o estatuto de Panteão Nacional.

Porque para além da Capela do Fundador ser o 1º panteão régio (com essa mesma finalidade mandada construir por D. João I, em 1426), em todo o seu espaço, como que numa representação da realidade social que forja uma identidade, encontram-se sepultados, entre muitos frades anónimos, quem representa as elites governativas (4 reis, 3 rainhas, 1 regente, 3 infantes, 1 príncipe e vários nobres), quem representa o povo comum (dois soldados desconhecidos mortos na 1ª guerra mundial) e, ainda, uma das maiores figuras da arte e arquitetura portuguesa e criador do 'manuelino', Mateus Fernandes, que, caso único no seu tempo, teve a honra de ser sepultado em lugar nobre, à entrada da Igreja.

Com este estatuto agora atribuído, poderemos dizer que se encerra, neste começo do séc. XXI, um ciclo de reconhecimento do Mosteiro como lugar de memória identitária por excelência, conceito que está na sua génese e explica a grandeza do empreendimento e que, como vimos, nunca deixou de ser (re)afirmado ao longo dos séculos, até ao presente.